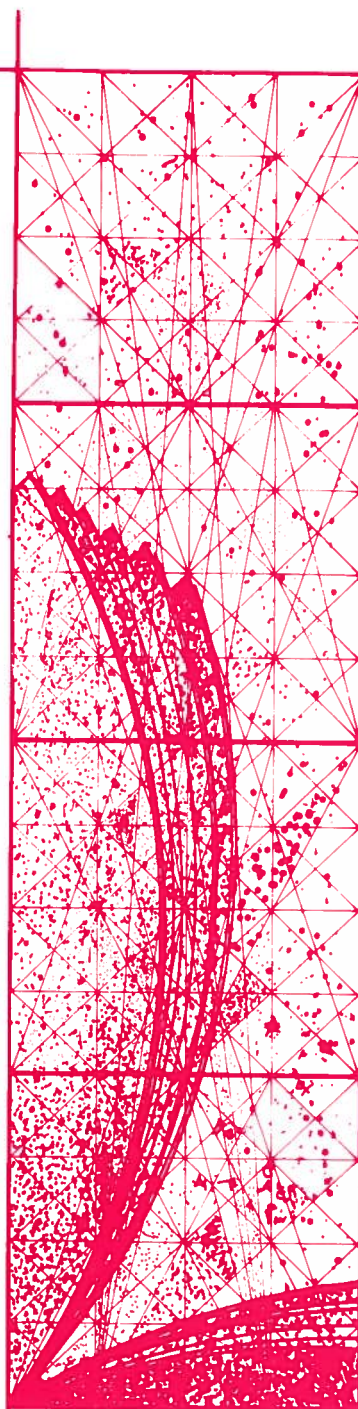


Perspectiva econômica



U.P.
Faculdade
Economia
85/86

Revista da Comissão de Finalistas

1986

FEP/UP

Carlos Pimenta

[KEYNESIANISMO-MONETARISMO: CONTROVÉRSIA CONDICIONADA]

FONTE: [HTTP://WWW.FEP.UP.PT/DOCENTES/CPIMENTA/](http://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta/)

Observação: O texto foi escrito em Wordstar para MS-DOS. Convertido para Word através da utilização do Windows 3.11 numa máquina virtual, foi revisto na escrita e, sobretudo nos erros típicos da conversão (falta de acentos). Manteve-se o texto original, mas não se fez uma comparação com o texto publicado.

1. A teoria económica tem evoluído ao sabor dos acontecimentos económicos e políticos e das contradições do seu desenvolvimento (científico) interno.

Jugulada frequentemente pela crença na imortalidade dos sistemas vigentes e manietada pelos seus próprios becos teóricos, articulados com a falência do confronto com a realidade, vai procurando novas formulações, por vezes mescladas com crenças e princípios do passado. Estes retornos a um tempo real passado, e quantas vezes mítico, conjugados com a inércia das concepções ideológicas que subjazem a diversas das referidas teorias, reforçam o hiato entre as realidades, com os problemas a resolver, e uma presumível capacidade da sua adequada leitura e interpretação.

2. As profundas crises de sobreprodução que abalaram a economia mundial capitalista das décadas "20" e "30" deste século, que culminaram com a tristemente famosa crise de 1929/33 foram um terramoto para as concepções teóricas dominantes, que apostavam em negar a possibilidade e necessidade das crises cíclicas – foram necessários alguns anos para a reformulação das suas teses desacreditadas –, que eram incapazes de incorporar o fenómeno do desemprego nas categorias económicas de cariz estrutural. O keynesianismo correspondeu então à superação dessa crise da teoria económica académica de então, conseguindo pelo reformismo desviar algumas "deficiências" do capitalismo e prevenir contra a revolução.

A tentativa de explicação da existência de crises, a admissão da possibilidade de equilíbrio económico a diversos níveis de desemprego involuntário, a maior articulação dos mecanismos "reais" e "monetários", a chamada de atenção para as regras institucionais e a articulação do economico-social-político, a sobreposição da dinâmica social global sobre os comportamentos individuais, embora sem alheamento destes, e o forjar de uma nova concepção do papel do Estado no económico, actuando como elemento corrector e numa lógica diferente da microeconómica, por vezes indispensável ao "bem geral", são, de facto, aspectos bastante importantes. Contudo a ruptura keynesiana foi apenas parcial, continuando em muitos aspectos na senda dos seus antecessores.

3. Após a segunda grande guerra entrou-se num período de rápida expansão da economia, sem grandes perturbações cíclicas, embora as crises de sobreprodução e as intermédias continuassem a manifestar-se. Correspondeu à reconstituição das forças produtivas arrasadas pela guerra, no quadro duma forte centralização do capital apoiada, estimulada, pela nova forma de intervenção do Estado. Ao mesmo tempo as classes trabalhadoras aproveitavam-se do novo quadro social e iam conquistando paulatinamente regalias e posições (que, por vezes, funcionariam como ópio de efeitos prolongados). Os teóricos académicos da Economia, embalados por esta "onda de prosperidade" (que continuava a contar com os bairros da lata ao lado dos arranha-céus e com a fome em vastas áreas do globo), regozijavam-se com a pujança do keynesianismo, apregoavam o fim do movimento cíclico da economia e a entrada na nova era da estabilidade, traçavam modelos de equilíbrios harmónicos. Entretanto novos fenómenos iam surgindo, mas passavam despercebidos ou, retomando velhos mitos, construindo "fés" para momentos mais oportunos, eram considerados como passageiros. Uns resultavam da dinâmica interna do sistema social, outros eram o produto da alteração da correlação de forças nos planos nacional e internacional.

Apenas a título de ilustração, citemos, entre os primeiros, cumulativamente com a continuação da existência de um movimento cíclico com características diferentes, o aumento da propensão ao desemprego, o dessincronismo cíclico e a agudização das contradições no sistema monetário internacional, a inflação, a nova posição das multinacionais. E a gestão destes novos fenómenos não era encarada pela teoria económica com a devida seriedade, exigida pela agudeza dos problemas e porque tal se processava no quadro do reforço económico, social e político da economia socialista e de modificação qualitativa do movimento de libertação nacional.

Em 1968 iniciava-se a nítida inversão das tendências expansionistas da economia mundial, detectável pelo abrandamento da dinâmica da produção, pelo agravamento das condições da crise de sobreprodução, pela aceleração do processo inflacionista que entrava numa nova fase qualitativa, pelo acumular de desequilíbrios externos e, sobretudo, pelo desabrochar da crise do sistema monetário capitalista mundial, vulgarmente designada por "crise do dólar". Desde então estavam lançados os dados das recentes crises mundiais capitalistas, mas só com o desencadear da grave crise de 1973/76 se tornou "evidente" que as crises não tinham acabado. Voltavam a surgir como interrupções no ciclo do capital e como fases de maior probabilidade de ruptura política e social em diversas áreas e regiões. Contudo essa "evidência" não se impunha aos teóricos académicos que procuravam ressuscitar as concepções de regulação de mercado.

A nova crise de 1979/83 veio reforçar a diferença entre a evidência de que a nova realidade não era passageira, que se encontra enraizada em situações bastante profundas da sociedade capitalista e o consignado pelas teorias dominantes: as "velhas", hoje "novas", receitas liberais ou as "novas", por muitos consideradas "velhas", medidas keynesianas revelam-se em muitos casos inaplicáveis (a intervenção do Estado está condicionada pelo enorme volume da dívida pública, a tomada de medidas expansionistas encontra-se bloqueada pela situação de desequilíbrio externo e instabilidade monetária, as potencialidades de reactivação no mercado interno são estranguladas pelo processo inflacionista) e, noutros, ineficazes (o desemprego, intitulado empírico-fideisticamente por alguns, de "natural", por exemplo, já não reage da mesma forma as reactivações efémeras da procura e respectivos impactos sobre a produção).

4. Neste quadro social a desorientação teórica é total. No plano das políticas económicas desencadeadas pelos diversos países alternam-se as receitas de tipo liberal com as keynesianas. Contudo, nem umas nem outras permitem vislumbrar uma saída estável, embora a recente ligeira recuperação americana aumente a esperança nas receitas liberais, e com data definida. As fontes de propaganda procuram remeter para alguns fenómenos pontuais ou fazer crer que o que se passa também é inerente às economias socialistas, mas nos agentes económicos, nas massas populares, entranha-se um crescente pessimismo, uma sistemática descrença, de contornos indefinidos. Os centros produtores de teoria económica e de ideologia esforçam-se por encontrar novos modelos, quando a incapacidade de prever a evolução da economia e de planificar é um dado incontroverso para quase todos os Estados capitalistas. Muitos dos grandes debates económicos já não se orientam tanto para a procura de soluções, mas antes para a justificação da incapacidade das políticas económicas desencadeadas, embora se reconheça a existência de relações entre os dois aspectos.

5. No actual quadro de crise teórica, enquanto não despontam novas teorias capazes de conciliar o respeito pelos limites do sistema com a resolução dos seus problemas mais agudos – provavelmente pelo despontar de outros –, o keynesianismo e o monetarismo surgem como as principais escolas. Situando-se aparentemente em pólos opostos de comportamento perante a realidade económico-social, digladiando-se, com importantes diferenças (enquanto o primeiro é a aposta no emprego o segundo é-o no preço relativo), acabam por assumir a mesma postura, com especificidades próprias, perante realidades essenciais: as crises de produção não são inerentes à acumulação (para uns falhas da concorrência, para outros falhas dos políticos), o Estado é uma realidade exterior ao económico, um sujeito.

Keynesianismo ou monetarismo, defesa da intervenção do Estado para impor um equilíbrio a um mais alto nível de actividade económica ou apologia da estrita intervenção de "enquadramento" respeitadora dos mecanismos automáticos de mercado, atribuição ao Estado de uma lógica de comportamento diferente da "racionalidade microeconómica" ou na sua subjugação à lógica lucrativa de agentes em mercados "simétricos", são duas posições que colocam quase da mesma maneira uma mesma questão: qual a qualidade e quantidade da intervenção do Estado?

É preciso reanalisar essa questão tendo em atenção que cada política reflecte, em sentido amplo, uma determinada correlação de forças sociais. Enquanto o keynesianismo foi a expressão reformista de um forte movimento popular num mundo que já conhecia o socialismo como experiência alternativa, o monetarismo é o fruto de uma desmobilização dos trabalhadores e da repartilha do mercado mundial entre transnacionais confrontadas com um movimento de libertação nacional matizado e endividado. O Estado é parte integrante de uma superestrutura gerada na conflitualidade das relações sociais de produção e o debate entre endogeneidade/exogeneidade do Estado revela-se uma forma mistificada das formas e intensidades de articulação e manifestação de ambas, permanentemente coexistentes.

O Estado não é um produto social exterior ao económico, também se forja e manifesta nas próprias relações económicas. Produção, distribuição, troca e consumo são esferas, indestrutivelmente interligadas, tendo como categorias centrais a força de trabalho (no cerne da produção, consumo produtivo e distribuição) e a moeda (categoria da troca). Falar de capitalismo é referir força de trabalho numa economia necessariamente monetária. A força de trabalho e a moeda são sobredeterminadas politicamente e, por isso mesmo, não existe em capitalismo – a mais livre das economias – uma economia pura, escudada da intervenção do Estado. A diferença entre keynesianismo e monetarismo é a escolha privilegiada de uma dessas duas categorias para o processamento da ruptura.

6. Comportamentos endógenos e exógenos do Estado são duas faces de uma mesma realidade e a autonomia e, sempre, na dependência. Contudo, os locais, momentos e intensidades de manifestação dos comportamentos endógenos e exógeno do Estado no económico são diferentes: no primeiro o Estado comporta-se como qualquer "agente" económico e no segundo como um "agente especial"; no primeiro tem um comportamento gestor enquanto no segundo utiliza a sua capacidade de imposição política; no primeiro predomina, não exclusivamente, o consenso social e no segundo o conflito. Ao primeiro tipo de comportamento do Estado perante o económico designaremos de gestão económica e ao segundo de política

económica. Gestão económica é "dar curso aos acontecimentos", enquanto que política económica é "resolver dificuldades". Como estas são expressões das contradições do capitalismo e este é considerado pelas políticas como um dado, promover uma política económica é desviar contradições.

A esta luz, a luta entre keynesianismo e monetarismo não é sobre a intervenção do Estado, embora julguem sê-lo, mas sobre a política económica, defendendo uns o desvio dirigido das contradições para a moeda, e outros o seu rebentamento pelos "elos mais fracos". Daí que as consequências deste último tipo de posição conduza a consequências diferentes conforme os países e as ocasiões: num país dependente, endividado e com um movimento sindical e operário forte o elo mais fraco desloca-se para a relação produção nacional/produção internacional, com fortíssimas repercussões em similar relação monetária, enquanto num país dominante internacionalmente, com um movimento sindical débil e colaboracionista o elo mais fraco desloca-se, sobretudo numa época de desemprego massivo, para a relação capitalistas/trabalhadores com desvalorização da força de trabalho.

7. A aplicação do liberalismo no nosso País acarreta sempre o peso de uma debilidade do capitalismo português no contexto internacional. O liberalismo só pode ser maximizado (e nunca aplicado integralmente) nas economias dominantes. A sua aplicação colocaria Portugal entre a recuperação estuniense e a bancarrota chilena.

Carlos Pimenta
pimenta@fep.up.pt